

Trindade e Martim Vaz: proteção e projeção brasileira no Atlântico Sul

Trindade and Martim Vaz: Brazilian protection and projection in the South Atlantic

Trindade y Martim Vaz: protección y proyección brasileña en el Atlántico Sur

Trindade et Martim Vaz : protection et projection brésiliennes dans l'Atlantique Sud

Data de submissão: 15 de agosto de 2025

Data de aprovação: 4 de fevereiro de 2026

*Matheus Magalhães de Oliveira Del Rosso Soares**

*Daniel Abreu de Azevedo***

Resumo

A história do Brasil revela uma relação estratégica com o mar, fundamental desde o período colonial e cada vez mais relevante no contexto contemporâneo. No campo da geopolítica, autores como Therezinha de Castro e Golbery do Couto e Silva já destacavam a centralidade do Atlântico Sul, influenciando o pensamento estratégico nacional e a consolidação do conceito de Entorno Estratégico. Partindo desse referencial, o artigo tem como problema de pesquisa compreender como o potencial estratégico de Trindade e Martim Vaz pode ser instrumentalizado para fortalecer o poder marítimo brasileiro, a defesa da Amazônia Azul e a projeção internacional do país no Atlântico Sul. Sustenta-se a hipótese de que essas ilhas possuem potencial para se constituírem como o núcleo de duas zonas geopolíticas complementares, a Zona-Tampão e a Zona-Trampolim. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada na análise documental da literatura especializada e de documentos de defesa nacional, complementada por entrevistas com membros da Marinha do Brasil. Os resultados indicam que a classificação geopolítica das ilhas oceânicas evidencia Trindade e Martim Vaz como pontos estratégicos estruturantes da presença brasileira no Atlântico Sul, relevantes tanto para a proteção territorial quanto para a projeção de influência regional e global.

Palavras-chave: geopolítica; Atlântico Sul; zona-tampão; zona-trampolim.

*Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7902-1802>.

**Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor adjunto do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5354-128X>.

Abstract

The history of Brazil reveals a strategic relationship with the sea, fundamental since the colonial period and increasingly relevant in the contemporary context. In the field of geopolitics, authors such as Therezinha de Castro and Golbery do Couto e Silva emphasized the centrality of the South Atlantic, thereby shaping national strategic thought and contributing to the consolidation of the concept of the Strategic Environment. Building on this framework, the article's research problem is to understand how the strategic potential of Trindade and Martim Vaz can be leveraged to strengthen Brazilian maritime power, the defense of the Blue Amazon, and Brazil's international projection in the South Atlantic. The study advances the hypothesis that these islands have the potential to constitute the core of two complementary geopolitical zones: the Buffer Zone and the Trampoline Zone. The research adopts a qualitative approach, based on documentary analysis of specialized literature and national defense documents, complemented by interviews with members of the Brazilian Navy. The results indicate that the geopolitical classification of the oceanic islands highlights Trindade and Martim Vaz as strategic structuring points of the Brazilian presence in the South Atlantic, relevant both for territorial protection and for projecting regional and global influence.

Keywords: Geopolitics; South Atlantic; Buffer Zone; Trampoline Zone.

Resumen

La historia de Brasil revela una relación estratégica con el mar, fundamental desde el período colonial y cada vez más relevante en el contexto contemporáneo. En el campo de la geopolítica, autores como Therezinha de Castro y Golbery do Couto e Silva ya destacaban la centralidad del Atlántico Sur, influyendo en el pensamiento estratégico nacional y en la consolidación del concepto de Entorno Estratégico. Partiendo de este marco teórico, el artículo plantea como problema de investigación comprender cómo el potencial estratégico de Trindade y Martim Vaz puede ser instrumentalizado para fortalecer el poder marítimo brasileño, la defensa de la Amazonía Azul y la proyección internacional en el Atlántico Sur. Se sostiene la hipótesis de que estas islas poseen el potencial de constituirse en el núcleo de dos zonas geopolíticas complementarias: la Zona Tampón y la Zona Trampolín. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en el análisis documental de la literatura especializada y de documentos de defensa nacional, complementado por entrevistas con miembros de la Marina de Brasil. Los resultados indican que la clasificación geopolítica de las islas oceánicas evidencia a Trindade y Martim Vaz como puntos estratégicos estructurantes de la presencia brasileña en el Atlántico

Sur, relevantes tanto para la protección territorial como para la proyección de influencia regional y global.

Palabras clave: Geopolítica; Atlántico Sur; Zona Tampón; Zona Trampolín.

Résumé

L’histoire du Brésil révèle une relation stratégique avec la mer, fondamentale depuis la période coloniale et de plus en plus pertinente dans le contexte contemporain. Dans le champ de la géopolitique, des auteurs tels que Therezinha de Castro et Golbery do Couto e Silva ont déjà souligné la centralité de l’Atlantique Sud, influençant la pensée stratégique nationale et la consolidation du concept d’Environnement Stratégique. À partir de ce cadre de référence, l’article pose comme problématique de recherche la compréhension de la manière dont le potentiel stratégique de Trindade et Martim Vaz peut être instrumentalisé afin de renforcer la puissance maritime brésilienne, la défense de l’Amazonie Bleue et la projection internationale dans l’Atlantique Sud. L’hypothèse soutenue est que ces îles présentent le potentiel de constituer le noyau de deux zones géopolitiques complémentaires: la Zone Tampon et la Zone Tremplin. La recherche adopte une approche qualitative, fondée sur l’analyse documentaire de la littérature spécialisée et de documents de défense nationale, complétée par des entretiens menés auprès de membres de la Marine brésilienne. Les résultats indiquent que la classification géopolitique des îles océaniques met en évidence Trindade et Martim Vaz comme des points stratégiques structurants de la présence brésilienne dans l’Atlantique Sud, pertinents tant pour la protection territoriale que pour la projection d’influence régionale et globale.

Mots-clés : Géopolitique ; Atlantique Sud ; Zone Tampon ; Zone Tremplin.

1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil revela uma forte dependência e preocupação em relação ao mar como vetor de desenvolvimento, mesmo antes de sua consolidação como Estado independente. Na atualidade, essa preocupação adquire ainda maior relevância, uma vez que o país possui aproximadamente 7.500 km de faixa litorânea e uma área oceânica de cerca de 5,7 milhões de km². Além disso, a faixa costeira abriga mais de 50 milhões de brasileiros – cerca de 24% da população total –, mais de mil embarcações transitam diariamente pelas rotas marítimas nacionais, e o Atlântico Sul é responsável por suprir mais de 90% do petróleo e

aproximadamente 80% do gás natural que compõem a matriz energética do país (Barbosa, 2022; Reis, 2024).

No campo da geopolítica, a relevância do Atlântico Sul para os interesses nacionais foi destacada por autores como Therezinha de Castro (1986; 1999; 2021a; 2021b) e Golbery do Couto e Silva (1981), que contribuíram significativamente para a compreensão de como o país deve orientar sua atuação marítima. A partir dessas reflexões, consolidou-se o conceito de Entorno Estratégico, incorporado aos planos de defesa nacionais. Essa noção delimita a área prioritária de atuação do Brasil, uma região onde o país já exerce considerável influência política, econômica e militar, e busca ampliar sua presença por meio da Cooperação Sul-Sul, fortalecendo sua inserção no cenário internacional (Brasil, 2020; Willrich, 2018).

Pensando nisso, este artigo busca analisar o valor estratégico de Trindade e Martim Vaz, considerando sua importância para a proteção da costa brasileira, da Amazônia Azul e para o fortalecimento da projeção internacional do país. A partir dessa análise, propõe-se uma classificação geopolítica das ilhas oceânicas brasileiras – Atol das Rocas, Fernando de Noronha, São Pedro e São Paulo, Martim Vaz e Trindade – fundamentada em teorias clássicas e contemporâneas sobre o poder marítimo. Dessa proposta resultam duas zonas, idealizadas a partir da bibliografia adotada nesta pesquisa e tendo Trindade e Martim Vaz como eixo central: a Zona-Tampão, voltada à segurança da Amazônia Azul e do território continental; e a Zona-Trampolim, que expressa os interesses brasileiros no Entorno Estratégico, favorecendo a ampliação de sua presença, especialmente na África Ocidental e na Antártida.

Para esse fim, o artigo está estruturado em três partes: a primeira apresenta a metodologia adotada na pesquisa; a segunda aborda as concepções clássicas da geopolítica marítima e sua influência sobre a estratégia brasileira; por fim, a terceira propõe a classificação das ilhas oceânicas nacionais, detalhando as zonas Tampão e Trampolim.

Os resultados da análise desenvolvida neste estudo indicam que Trindade e Martim Vaz, especialmente a Ilha de Trindade, ocupam uma posição estratégica próxima a pontos relevantes para o Brasil. Esse posicionamento confere a elas um valor geopolítico e geoestratégico significativo. As ilhas contribuem para o fortalecimento do controle territorial, a exploração dos recursos marinhos, a ampliação das relações com outros países do Atlântico Sul e oferecem suporte logístico para operações militares, configurando-se simultaneamente como um espaço de proteção e de projeção para o país.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em primeiro lugar, destaca-se que esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa. Sendo assim, como ponto de partida a todo esforço científico, fez-se necessária uma investigação de documentação indireta para levantamento do que se pode chamar material-fonte (Marconi; Lakatos, 2003).

De igual relevância, foi realizada uma análise documental (Roche, 2012) que abrange os documentos estratégicos nacionais, como o Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040), a Estratégia Nacional de Defesa (END), a Política Nacional de Defesa (PND) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).¹

Além disso, foram realizadas seis entrevistas com os seguintes interlocutores: Almirante Fernando Garcez (Comissão de Limites da Plataforma Continental - CLPC), Comandante Raphael Rangel (gerente do Programa de Pesquisas na Ilha da Trindade), Comandante Guilherme Santos (Navio-Patrolha Oceânico “APA”), Comandante Mauro Medeiros (Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro), Comandante João Franswilliam (Ministério da Defesa), Professor Anderson Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e um oficial responsável pela gestão da Ilha da Trindade, que optou por manter o anonimato. Esses diálogos tiveram como objetivo aprofundar a compreensão sobre as operações da instituição na Amazônia Azul, bem como examinar suas implicações para a segurança e a preservação desse território estratégico.

As entrevistas foram registradas de duas maneiras: a primeira incluiu gravação, transcrição e *field notes*; a segunda, exclusivamente por meio de registros escritos das informações coletadas. Posteriormente, esses dados foram analisados e incorporados à pesquisa. A maioria dessas entrevistas foi conduzida durante um trabalho de campo (Azevedo; Ribeiro, 2024) realizado em parceria com a Marinha do Brasil a bordo do Navio-Patrolha Oceânico “APA” e na Ilha da Trindade, entre 17 e 26 de outubro de 2024. Algumas entrevistas foram gravadas, enquanto, para outras, optou-se pela coleta de informações por meio de anotações. Essa abordagem diferenciada foi adotada porque, no momento das entrevistas, identificou-se que o uso de anotações seria mais eficaz para garantir a disposição de certos entrevistados em responder às perguntas.²

¹ Diferentemente dos demais documentos, o Livro Branco de Defesa Nacional não define políticas de defesa, mas as explicita e comunica; ainda assim, foi incluído nesta pesquisa por reunir informações relevantes e abranger aspectos presentes em outros documentos.

² É importante destacar que todas as entrevistas refletem exclusivamente as opiniões e perspectivas pessoais dos entrevistados, não representando necessariamente a posição oficial das instituições às quais estão vinculados.

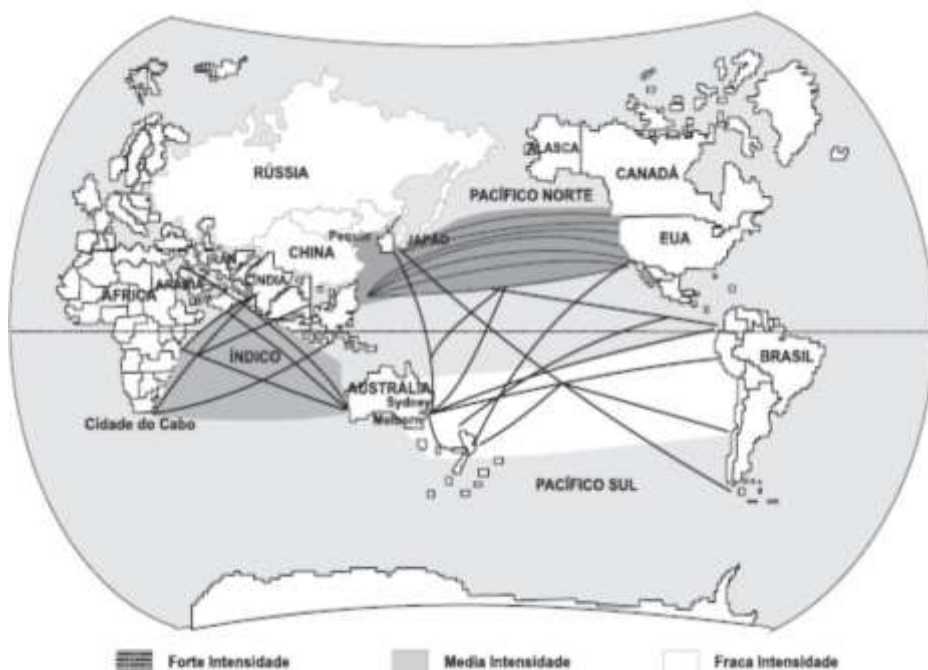
Além disso, neste trabalho de campo, utilizou-se a metodologia de observação, que seguiu três etapas, “que consiste em um caminho que começaria da observação descritiva à observação seletiva, passando pela observação focada” (Azevedo; Ribeiro, 2024, p. 14).

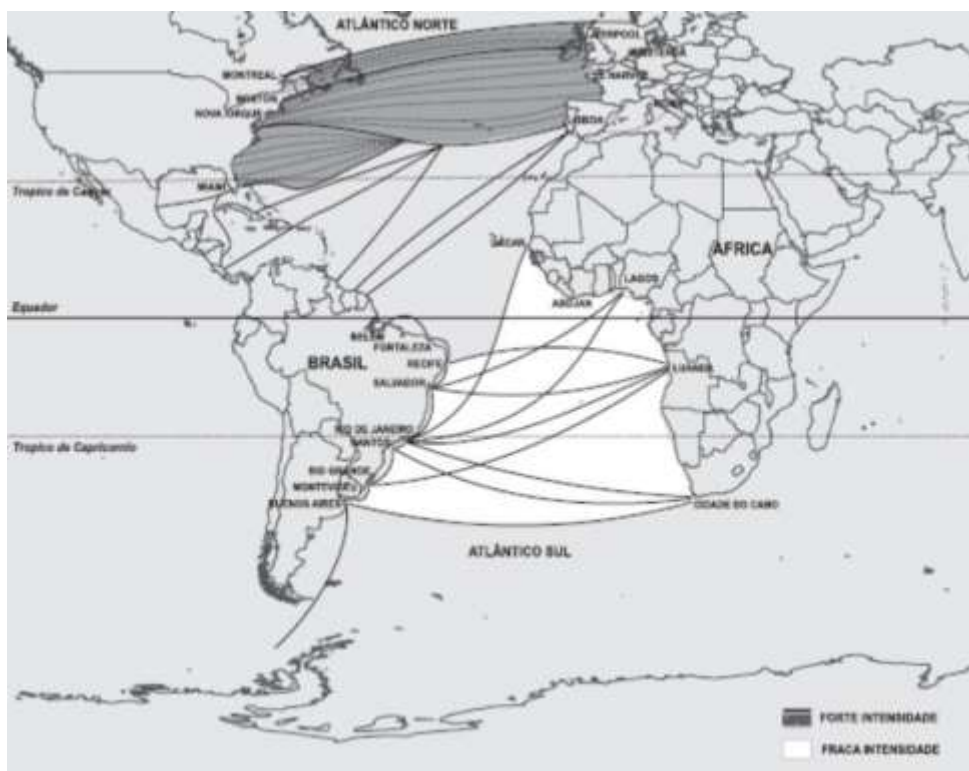
3 GEOPOLÍTICA MARÍTIMA BRASILEIRA

Embora o foco desta seção seja os autores brasileiros que se dedicaram à geopolítica dos espaços oceânicos, é pertinente destacar a contribuição de Alfred Mahan (1891) e sua teoria do poder marítimo, que ainda exerce influência significativa nesse campo e que inspirou diretamente diversas obras no Brasil. Contudo, como este não é o escopo principal do trabalho, destacam-se as análises de Kennedy (1988), Baracuhy (2021) e Cruz e Sousa (2023), que examinaram essa teoria de forma competente e aprofundada.

A geógrafa Therezinha de Castro (1930-2000) é considerada referência nos estudos de geopolítica dos mares. Em obras como *Geopolítica: princípios, meios e fins*, a autora destacou a importância estratégica do Atlântico Sul para a segurança hemisférica e o desenvolvimento do Brasil (Penha, 2008). Sua maior contribuição foi o conceito de oceanopolítica (Castro, 2021b), entendido como a geopolítica aplicada aos espaços marítimos na perspectiva do “poder mundial”. A partir dessa ideia a autora propõe a existência de cinco “áreas-pivot” e bacias oceânicas: Brasil (Atlântico Sul), Índia (Índico), Estados Unidos (Atlântico Norte e Pacífico Norte), China (Pacífico Norte) e Rússia (Ártico).

Figuras 1 e 2 – Bacias Oceânicas e Áreas Pivot





Fonte: Penha, 2010.

As figuras 1 e 2 mostram que as bacias apresentam diferentes níveis de intensidade, definidos pelas relações geopolíticas, econômicas e militares entre seus atores. Eli Penha (2010), baseado em Therezinha, destaca que apenas o Atlântico Norte e o Pacífico Norte possuem ligações de alta intensidade. Já o Atlântico Sul, que abrange grande parte do atual Entorno Estratégico do Brasil, mantém conexões de fraca intensidade, evidenciando a necessidade de fortalecer as relações entre os países dessa região.

Castro afirmou que, na contemporaneidade, o poder marítimo passou por uma alteração de finalidade e deixou de estar ligado a conflitos armados diretos entre rivais, passando a atuar como ferramenta de ameaça a pontos estratégicos e a se configurar como uma força dissuasória. E que, em adição a isso:

Nações procuram obter o Poder Militar no mar a fim de adquirir ou aumentar a sua participação nos recursos oceânicos. E, se no passado, a proteção às zonas de pesca constituía uma questão secundária para as Marinhas de Guerra, hoje em dia a consciência de que os mares são fontes vitais de alimentos, energia e matérias primas industriais, tudo veio a contribuir para modificar a concepção de utilidade do Poder Marítimo dentro do enfoque geopolítico (Castro, 2021a, p. 40).

Outra contribuição relevante de Castro (1999) é a tese da triangulação insular, que identifica três triângulos geoestratégicos no Atlântico Sul (Figura 3). O primeiro, formado por Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, e o segundo, por Gough, Shetland do Sul e Sandwich do Sul, que garantem ao Reino Unido e à OTAN influência e segurança na região, além de apoio a rotas como a Rota do Cabo. O terceiro triângulo, composto por Fernando de

Noronha, Ilha da Trindade e as Ilhas Malvinas, que deveria ser mais explorado, com o potencial de atuar como postos avançados para Brasil, Argentina e Uruguai.

Figura 3 – Tese da Triangulação Insular



Fonte: Castro, 1999.

Para a autora, esses triângulos formados pelos cinturões de ilhas Britânicas no Atlântico Sul conferem ao Reino Unido uma vantagem geopolítica e estratégica ímpar no controle da região e no estabelecimento de uma assimetria do poder marítimo entre Londres e os países sul-americanos.

Importante destacar também a ênfase dada pela autora à importância estratégica do saliente nordestino na geopolítica brasileira (Castro, 1999). Segundo Souza e Visentini (2023), Therezinha de Castro considerava essa região crucial por viabilizar a rota Natal-Dacar,³ um marco geopolítico do Atlântico Sul, tanto para o poder marítimo quanto aéreo. Essa rota, aliada às ilhas da Trindade, Fernando de Noronha e Malvinas, possibilita uma articulação estratégica tri-continental – América, África e Antártida –, favorecendo a triangulação da navegação no espaço geopolítico do Atlântico Sul (Castro, 1986; 1999). Novaes e Lamego (2025) afirmam que as ideias e os mapas elaborados por Therezinha de Castro em toda sua bibliografia exerceram profunda influência sobre o pensamento geopolítico brasileiro no que diz respeito aos mares.

O General Golbery do Couto e Silva (1911-1987) foi outro dos principais pensadores da geopolítica marítima brasileira. Em *Geopolítica do Brasil* (1981), apresentou a “tese dos hemicírculos”, que influenciou a política externa e de defesa do país (Salatino *et al.*, 2021).

³ Souza e Visentini (2023) discorrem que “neste sistema “tri-continental”, a linha estratégica entre Natal e Dakar é, como já apontado por outros geopolíticos brasileiros, a divisória entre Atlântico Norte e Sul, ainda que a OTAN entenda que aquela seria o Trópico de Câncer”.

sul-americanos. Nesse contexto, Couto e Silva defendia a manutenção de bases navais e aéreas no Atlântico Sul como condição para a segurança e a sobrevivência nacional.

Essas ideias, assim como as de Therezinha de Castro, permanecem influentes na geopolítica brasileira e figuram, até hoje, entre as referências mais recorrentes na produção acadêmica nacional (Oliveira; Azevedo, 2025). Segundo Oliveira e Azevedo (2025), esse legado produz dois efeitos principais: por um lado, reafirma a centralidade do Atlântico Sul para a soberania e a projeção internacional do Brasil; por outro, pode limitar o avanço dos estudos ao manter o debate excessivamente vinculado a autores consagrados e a ideias já consolidadas. Esse cenário resulta em uma aparente redução da capacidade de renovação temática nos últimos anos e dificulta a adaptação do campo às transformações contemporâneas. Os autores ressaltam, ainda, a necessidade de que pesquisas futuras contribuam com a proposição de ideias e conceitos que ultrapassem os referenciais clássicos, de modo a preencher as lacunas atualmente existentes na produção geopolítica nacional.

Desse modo, as contribuições desses autores ajudam a compreender a necessidade de o Brasil encarar o mar como espaço estratégico. A partir delas, torna-se possível refletir sobre novas formas de utilizar regiões-chave – especialmente as ilhas – para fortalecer sua presença no Atlântico Sul, proteger seus territórios e promover seus interesses geopolíticos.

4 A “CLASSIFICAÇÃO GEOPOLÍTICA” DAS ILHAS OCEÂNICAS BRASILEIRAS

A preocupação com a soberania territorial e a projeção de poder por meio do mar integra as estratégias do Estado brasileiro, especialmente no contexto do pedido de expansão da Plataforma Continental. Como ressalta Barbosa (2022, p. 9), “o Brasil, país que tem suas fronteiras terrestres bem definidas e pacificadas, não pode fazer a mesma afirmação com relação à sua fronteira marítima”.

Nesse contexto, os territórios insulares assumem crescente relevância para a geopolítica mundial e, em especial, para a brasileira. Entre suas principais funções, salientam-se o fortalecimento da defesa, o apoio logístico e o monitoramento estratégico. Como observa Aquino (2019, p. 172), as ilhas oferecem ao Estado uma “presença avançada e permanente no entorno estratégico de seu território”, garantindo suporte às forças navais por meio de abastecimento, manutenção e auxílio em operações emergenciais. Além disso, viabilizam a instalação de sensores, bases militares, píeres e pistas de pouso, consolidando-se como pontos-chave para a projeção de poder no Atlântico Sul. A importância desses territórios é amplamente discutida por Aquino (2019) e Scott (2021). Mais recentemente, Soares e Azevedo (2025)

destacam que a produção acadêmica contemporânea sobre o tema se concentra, sobretudo, em regiões de conflitos territoriais envolvendo ilhas.

Embora todas as ilhas oceânicas brasileiras possuam relevância estratégica, sobretudo após a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), este trabalho propõe uma classificação geopolítica fundamentada em critérios analíticos especificamente definidos, tais como extensão territorial, características físicas, localização geográfica e potencial ambiental e científico. Esses critérios, sintetizados no quadro que sistematiza a classificação (Quadro 1), são inspirados na literatura clássica e contemporânea sobre poder marítimo, em especial nas contribuições de Mahan (1891) e Till (2018), que destacam a relevância de elementos como as características do território, a presença de bases e portos e a posição estratégica em relação à costa e a áreas de interesse estatal, fundamentais para consolidar o poder marítimo brasileiro.

No que se refere ao poder marítimo atual, os critérios adotados consideram as características intrínsecas das ilhas oceânicas, especialmente seus ecossistemas insulares, marcados por elevada biodiversidade e pela presença de espécies endêmicas de fauna e flora, o que lhes confere relevância científica e ambiental no âmbito da geopolítica marítima do Estado. Assim, conforme os parâmetros utilizados na classificação e apresentados no quadro síntese supracitado, ilhas com maior extensão territorial, condições ambientais e físicas favoráveis à implantação de infraestruturas – como bases, portos e aeroportos – e localização estratégica em relação ao continente e a pontos de interesse nacional são consideradas detentoras de maior potencial estratégico no campo da oceanopolítica.

Das cinco ilhas oceânicas sob soberania brasileira (Figura 5), apenas três são atualmente ocupadas: São Pedro e São Paulo, Fernando de Noronha e a Ilha da Trindade. Essas ilhas desempenham, sobretudo, uma função ambiental voltada à proteção dos ecossistemas locais; contudo, sua ocupação também assegura o direito às 200 MN da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) associada a cada uma delas, além de fornecer apoio logístico à navegação na região.

Figura 5 – Ilhas oceânicas brasileiras



Fonte: Almeida, 2006.

Entre essas ilhas, destacam-se Fernando de Noronha e a Ilha da Trindade (Quadro 1). Com áreas aproximadas de 26 km² e 10 km², respectivamente, ambas apresentam condições físicas favoráveis à instalação de bases, portos e aeroportos, além de localizações estratégicas em relação à costa brasileira, ao continente africano e a territórios insulares do Reino Unido, como a Ilha de Ascensão. Ainda assim, a Ilha da Trindade assume maior relevância estratégica em razão de suas características geológicas e geomorfológicas, que fundamentam o pleito brasileiro de ampliação da plataforma continental.

Quadro 1 – Critérios para a classificação geopolítica das ilhas (continua)

Ilhas		Atol das Rocas	Fernando de Noronha	São Pedro e São Paulo	Ilha da Trindade	Martim Vaz
Critérios	Área (km ²)	5,5	26	0,01	10	0,4
	Viabilidade para abrigar instalações logísticas	Não viável	Viável	Não viável	Viável	Não viável
	Distância em relação à costa brasileira	270 km	360 km	1000 km	1200 km	1200 km
	Distância em relação à África	2700 km	2500 km	2000 km	4300 km	4300 km

Ilhas		Atol das Rocas	Fernando de Noronha	São Pedro e São Paulo	Ilha da Trindade	Martim Vaz
	Possibilidade de expansão dos limites marítimos	Não possibilita	Não possibilita	Não possibilita	Possibilita	Possibilita
	Potencial ambiental e científico	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui

Fonte: Elaboração própria.

Levando em consideração suas características, Trindade se mostra com grande potencial como instrumento geopolítico, principalmente por sua localização, em um ponto central da costa brasileira, o território nacional mais a Leste e mais próximo do meio do Atlântico Sul. Essa percepção foi unanimemente confirmada pelos comandantes entrevistados, que ressaltaram a importância da ilha para a projeção do poder marítimo brasileiro.

Uma característica notável – e o grande diferencial da Ilha da Trindade e o Arquipélago de Martim Vaz em relação às outras ilhas brasileiras – é a vantagem geopolítica que sua localização distante da costa brasileira oferece. Essa posição permite ao país explorar integralmente a área de 200 milhas náuticas (MN) delimitada pelas fronteiras marítimas estabelecidas pela CNUDM, abrangendo aproximadamente 431 mil km² – uma extensão comparável aos estados de São Paulo e Paraná juntos –, já que suas fronteiras não se sobrepõem à Zona Econômica Exclusiva (ZEE) continental. Sua localização, portanto, possibilita a definição de novos limites territoriais para o Estado brasileiro.

Ademais, devido às suas características geológicas como parte da Cadeia Vitória-Trindade (CVT), as ilhas têm potencial para viabilizar a integração das fronteiras marítimas nacionais por meio da plataforma continental estendida. Sua continuidade geológica e geomorfológica em relação ao continente oferece fundamentos científicos que, conforme o Artigo 76 da CNUDM (ONU, 1982), qualificam essa região como uma exceção no caso das *ridges*⁴, permitindo a expansão além das 200 milhas náuticas.

Apesar de preocupações com sua origem vulcânica e solo fragmentado, o professor Anderson Costa afirmou em entrevista que a Ilha da Trindade tem plena capacidade geológica

⁴ Em entrevista, o Almirante Garcez explicou que, de forma geral, a CLPC interpreta as categorias de *ridges* da seguinte maneira: *ridge* oceânica, uma formação desconectada da margem continental; *ridge* submarina, conectada à margem por uma linha batimétrica, mas sem continuidade geológica; e elevação submarina, que apresenta continuidade tanto morfológica quanto geológica, integrando a mesma formação do continente. Esses diferentes tipos de elevações do fundo marinho apresentam exceções quanto às restrições para o limite da plataforma: para *ridges* oceânicas, não se aplicam exceções às linhas restritivas; para *ridges* submarinas, aplica-se a restrição de 350 MN; enquanto para elevações submarinas, só se aplica a linha das isóbatas de 2500 metros.

para abrigar instalações logísticas, como bases, portos e aeroportos. O Comandante Raphael Rangel destacou que planos para tais estruturas existem desde 1957, mas foram barrados por falta de investimentos e conflitos ambientais. Assim, seu tamanho e condições físico-geográficas específicas reforçam a importância geopolítica da ilha, inclusive em comparação à vizinha mais próxima.

A Ilha da Trindade também se distingue no poder marítimo contemporâneo por seu potencial como “laboratório natural”, devido às características insulares únicas e espécies endêmicas, relevantes para a pesquisa científica e a preservação ambiental. Além disso, pode atuar como instrumento de diplomacia naval (Till, 2018; Chiozzo, 2018). A construção de uma base militar e a presença constante de navios de patrulha ampliariam a capacidade do Brasil de proteger seu território, reforçar laços diplomáticos e garantir a segurança das rotas comerciais e das áreas de busca e salvamento (SAR), conforme argumentam Reis (2024) e Neves (2015) ao destacarem a importância estratégica das bases militares e da presença naval nas ilhas oceânicas nacionais.

Sendo assim, a Ilha da Trindade e suas fronteiras marítimas reúnem elementos do poder marítimo clássico e atual, conciliando funções de defesa e monitoramento com dimensões científicas, ambientais e diplomáticas. Esses fatores a colocam como pilar estratégico da geopolítica marítima brasileira, essencial para a consolidação da soberania sobre a Amazônia Azul e para ampliar a presença do país em uma área de crescente relevância global, fortalecendo também o desenvolvimento de parceiros no Entorno Estratégico.

Nesse sentido, a pesquisa destaca duas principais importâncias geopolíticas da Ilha da Trindade para o Brasil: proteção e projeção, atributos clássicos sustentados por argumentos contemporâneos. As análises sobre seu papel como ponto central da Zona-Tampão e Trampolim, discutidas a seguir, dialogam com Gottmann (2012), que define o território como “abrigo e oportunidade”, e com as ideias de territorialidade de Elden (2013) e Ferreira (2014). Essas reflexões evidenciam o valor atribuído pelo Brasil a regiões estratégicas para suas aspirações nacionais e iniciativas de monitoramento, expansão e fortalecimento de sua presença no Entorno Estratégico.

Zona-Tampão: Segurança geopolítica brasileira no Atlântico Sul

Embora o Atlântico Sul não seja historicamente uma área de conflitos intensos, Golbery do Couto e Silva (1981) já ressaltava a relevância da costa brasileira e a necessidade de sua defesa. Atualmente, essa preocupação se intensifica, considerando que a zona costeira abriga

mais de 50 milhões de brasileiros, que diariamente mais de mil embarcações transitam pelas rotas marítimas nacionais e que o mar fornece mais de 90% do petróleo e cerca de 80% do gás natural que sustentam a matriz energética do país (Barbosa, 2022). Diante desse cenário, o Estado brasileiro vê a proteção dessa área ainda mais crucial.

Além disso, outra questão que o Brasil enfrenta é a concorrência de outras potências marítimas na região, especialmente o Reino Unido (Figura 6), na busca por influência e controle geopolítico sobre essa área. Nesse cenário, entende-se que “nos padrões de disputa de poder entre potências, suas zonas de influência encontram-se separadas umas das outras” (Nohadani, 2020, p. 189).

Figura 6 – Cinturão de ilhas britânicas no Atlântico Sul



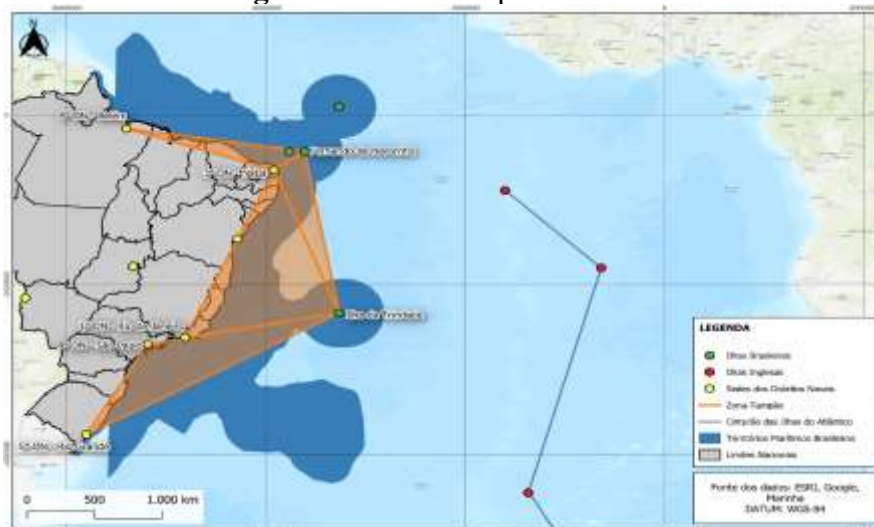
Fonte: Elaboração própria.

Na literatura da geopolítica, as zonas-tampão são tradicionalmente compreendidas como áreas terrestres, geralmente ocupadas por pequenos Estados neutros com influência limitada no Sistema Internacional, utilizada para estabelecer um balanço geopolítico e redução de conflitos entre duas potências hostis (Wight, 1995; Turmanidze, 2009; Nohadani, 2020).

A partir desse conceito, propõe-se a concepção de uma Zona-Tampão brasileira no Atlântico Sul (Figura 7), formulada com base na bibliografia analisada e formada por quatro triângulos que conectam a Ilha da Trindade e Fernando de Noronha aos Distritos Navais do Rio de Janeiro (1º), Natal (3º), Belém (4º), Rio Grande (5º) e São Paulo (8º). No âmbito da defesa nacional, essa configuração funcionaria como barreira estratégica, com as ilhas servindo de postos avançados para reduzir riscos ao continente e reforçar a presença brasileira na costa.

Além disso, ampliaria a capacidade de monitoramento das rotas marítimas e das linhas de comunicação no Atlântico Sul central, com destaque para o papel estratégico de Trindade.

Figura 7 – Zona-tampão brasileira



Fonte: Elaboração própria.

A representação dessa zona por meio de triângulos remete à clássica estratégia de triangulação, amplamente empregada na navegação e em operações militares. Esse método utiliza pontos de referência para determinar posições precisas ou delimitar áreas de interesse (Balzacq, 2014). A triangulação também foi objeto de importantes reflexões na geopolítica, ressaltando-se a contribuição de Therezinha de Castro, que elaborou a “Tese de Triangulação” e a “Tese de Triangulação Insular” em sua obra *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins* (Castro, 1999).

Além disso, é relevante salientar que aqui se consideram as ameaças multifacetadas no ambiente marítimo descritas por Till (2018). Entre essas ameaças estão a disputa por recursos, a poluição, a pirataria, o terrorismo, o tráfico e os conflitos relacionados à soberania. Esses desafios também foram mencionados por todos os comandantes da Marinha entrevistados como alguns dos principais problemas enfrentados pelo Brasil em suas fronteiras marítimas.

Sendo assim, destaca-se que, nas teorias de autores clássicos da geopolítica brasileira, como Therezinha de Castro (1986; 1999; 2021a; 2021b) e Golbery do Couto e Silva (1981), já se atribuía importância estratégica à Ilha da Trindade. Esse reconhecimento é evidente em teorias como a já mencionada Tese da Triangulação Insular (1999) e a Tese dos Hemicírculos (1981). De forma semelhante, na zona concebida nesta análise, reforça-se o potencial de Trindade em desempenhar um papel central como posto avançado estratégico, contribuindo para a defesa e o desenvolvimento do país.

Essa Zona-Tampão pode ser analisada como um possível divisor entre as zonas de influência das duas principais potências marítimas presentes no Atlântico Sul: a brasileira, ancorada em seu território continental e ilhas oceânicas, e a britânica, sustentada pelo cinturão de oito territórios insulares localizados nas regiões central e sul do oceano. Essa configuração contribuiria para reduzir a assimetria de poder marítimo mencionada por Therezinha de Castro, ao limitar o alcance e o controle britânico sobre a porção sul do Atlântico, especialmente em áreas próximas ao continente americano, o que reforçaria a posição estratégica brasileira e ampliaria sua capacidade de atuação soberana na região.

A análise evidencia a relevância estratégica da Ilha da Trindade como um dos principais pontos geopolíticos do Brasil. Situada em posição central na costa, a ilha figura como principal vértice em três dos quatro triângulos estratégicos, consolidando-se como peça-chave da geopolítica marítima nacional. O trabalho de campo revelou seu alto grau de militarização, em contraste com Fernando de Noronha. No âmbito da Defesa, sua localização no Atlântico Sul reforça o papel de posto avançado na proteção do continente e de áreas ricas em recursos da Amazônia Azul. Além disso, conecta-se diretamente a dois elementos cruciais: a Elevação do Rio Grande e as fronteiras da Cadeia Vitória-Trindade.

É importante evidenciar que, apesar da significativa importância geoeconômica da Elevação do Rio Grande e de São Pedro e São Paulo, bem como de sua evidente relevância ambiental, ambos apresentam limitações no que se refere à defesa e articulação estratégica. A ausência de um território terrestre capaz de abrigar as infraestruturas necessárias reduz sua “relevância geopolítica” em comparação com Trindade e Fernando de Noronha.

A ideia dessa zona, vinculada à estabilização das fronteiras marítimas do Brasil, especialmente em áreas da plataforma continental, integra proteção estratégica e segurança jurídica. No entanto, nota-se que a ausência de soberania no “corredor” que separa os limites do continente e Trindade e Martim Vaz – que permanece em disputa com a CLPC (INEEP, 2025) –, é um fator que prejudicaria a integridade desse recorte, fundamental para assegurar a capacidade do país de proteger seu território terrestre e seus espaços marítimos.

Ademais, nota-se uma assimetria entre os elementos do poder marítimo clássico e atual no Brasil. O país enfrenta deficiências nos elementos tradicionais, especialmente nos “instrumentos de guerra”. A Marinha do Brasil atualmente opera com recursos limitados, refletidos no reduzido número de navios disponíveis para patrulhar e monitorar a extensa área da Amazônia Azul, um desafio apontado pelo Ministro da Defesa, José Múcio Monteiro (Brasil, 2023), e por autores como Reis (2024). Essa fragilidade na capacidade de vigilância é um fator que deve ser abordado para a possível efetivação da proposta da Zona-Tampão brasileira.

Zona-Trampolim: projeção geopolítica brasileira no Entorno Estratégico

O conceito de Entorno Estratégico, conforme definido nos Documentos de Defesa do Brasil (Brasil, 2008; 2012; 2013; 2016; 2020), abrange as regiões banhadas pelo Atlântico Sul, onde o país exerce influência política, econômica e militar sobre as nações que integram esse espaço. Essa área é vista como prioritária para ações imediatas e também como um campo para o fortalecimento da presença brasileira por meio da cooperação Sul-Sul, com o objetivo de ampliar sua atuação e garantir sua inserção na esfera global.

Dessa maneira, considerando as ambições geopolíticas do Brasil nos territórios terrestres do Entorno Estratégico – América do Sul, África e Antártida –, propõe-se a noção de uma “Zona-Trampolim” no Atlântico Sul (Figura 8), inspirada na articulação tricontinental proposta por Therezinha de Castro (1999). Essa configuração formaria um triângulo estratégico, com vértices localizados em pontos-chave para os definidos interesses nacionais na definição do Entorno Estratégico na END (Brasil, 2008): a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte; Dacar, no Senegal e a Antártida, representada no mapa pela Estação Antártica Comandante Ferraz.

A escolha de Natal e Dacar como vértices fundamenta-se na importância geopolítica da Rota Natal-Dacar, elo estratégico entre a América do Sul e a África (Silva, 1981; Mattos, 1991; Castro, 1999; Souza; Visentini, 2023). A inclusão da capital do Senegal reflete os esforços recentes do Brasil, sobretudo da Marinha, em fortalecer laços com países do noroeste africano por meio da Diplomacia Naval, enviando navios para apoiar marinhas e guardas-costeiras locais na proteção do Atlântico Sul e no fortalecimento da estabilidade e do desenvolvimento socioeconômico regional.⁵

⁵ Informações retiradas do site da Agência Marinha de Notícias. Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/fragata-liberal-atraca-no-porto-de-dacar-no-senegal>; e <https://www.agencia.marinha.mil.br/internacional/navio-da-marinha-parte-rumo-ao-continente-africano-para-contribuir-com-seguranca>. Acesso em 20 jan. 2025.

Figura 8 – Zona trampolim do Atlântico Sul

Fonte: Elaboração própria.

Essa zona configuraria uma estratégia voltada a favorecer a triangulação da navegação no espaço geopolítico do Atlântico Sul, a intensificar as conexões no interior da bacia oceânica – da qual o Brasil se destaca como área-pivot – e a funcionar como uma “plataforma de lançamento” para impulsionar processos de desenvolvimento futuros nos países da região. No caso brasileiro, tal arranjo constituiria um avanço relevante na já mencionada aspiração do país de se afirmar como a principal potência marítima regional e como uma influência global.

Considerando o contexto geopolítico do Atlântico Sul, a presença militar brasileira em territórios estrangeiros, diferentemente das bases dos Estados Unidos no Pacífico, não integra a estratégia do país. Contudo, conforme destacam Penha (2010), Alencastro (2019), Marcondes (2023) e o Comandante Guilherme Santos em entrevista, o Brasil busca estreitar relações com a África Ocidental por meio do *soft power*⁶. Exemplo disso são as operações GUINEX e a participação no Obangame Express⁷, que reforçam os laços com países africanos através da

⁶ O conceito de *soft power* pode ser entendido resumidamente como “[...] a capacidade de um país fazer com que outros países queiram o que ele quer” (NYE, 2008, p. 94). Ademais, “o *soft power* de um país baseia-se principalmente em três recursos: sua cultura (em lugares onde é atraente para os outros), seus valores políticos (quando faz jus a eles em casa e no exterior) e suas políticas externas (quando são vistas como legítimas e tendo autoridade moral)” (Nye, 2008, p. 96).

⁷ As operações GUINEX consistem em exercícios navais conduzidos pela Marinha do Brasil no Golfo da Guiné, com o objetivo de fortalecer a cooperação marítima, a interoperabilidade e a capacitação das marinhas africanas no enfrentamento de ameaças como a pirataria, o tráfico ilícito e outros crimes transnacionais. Nesse mesmo escopo, a participação brasileira no exercício multinacional Obangame Express, insere-se nos esforços internacionais de promoção da segurança marítima no Atlântico Sul e no Golfo da Guiné, com foco na proteção das rotas comerciais, na vigilância do espaço marítimo e no aprimoramento das operações de busca e salvamento.

Diplomacia Naval e da cooperação em projetos como o levantamento da plataforma continental de Angola e Namíbia (Leão *et al.*, 2015).

A Zona-Trampolim reflete a visão do Estado brasileiro sobre a necessidade de fortalecer relações com países sul-atlânticos, por meio de iniciativas como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) na América, além da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na África, com destaque para a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). O objetivo é ampliar conexões geopolíticas, sobretudo com a África Ocidental, região estratégica para elevar o prestígio internacional do Brasil. A zona também reforça o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), funcionando como plataforma para expandir a influência e a liderança diplomática, econômica e militar do país na Antártida, onde sua presença ainda é limitada.

Nota-se que Trindade, Martim Vaz e suas fronteiras ocupam uma posição central no triângulo tri-continental, conferindo especial destaque à Ilha da Trindade como um potencial posto avançado. Essa localização estratégica dá à ilha a perspectiva de se tornar uma articuladora das operações vinculadas à zona e ao fortalecimento da cooperação em questões de segurança e estabilidade em múltiplas frentes, alinhadas aos objetivos delineados nos já mencionados documentos estratégicos nacionais.

Sendo assim, as características singulares dessas ilhas oceânicas, combinadas com a proximidade de fronteiras marítimas importantes, como as incluídas no pleito da Cadeia Vitória-Trindade e da Elevação do Rio Grande, evidenciam seu potencial como instrumento geopolítico. As reflexões aqui apresentadas, sublinham a importância dessas áreas na manutenção do controle territorial, no acesso e exploração de recursos econômicos, na diplomacia com os Estados costeiros do Atlântico Sul, bem como na sua função como bases para apoio logístico e operações militares, o que retorna ao entendimento do território como “abrigo e oportunidade”.

No entanto, a proposta da Zona-Trampolim enfrenta desafios consideráveis, entre eles a pressão de iniciativas externas, como a Bacia Atlântica⁸ e o *Atlantic Centre*⁹, que ameaçam o

Disponível em: <https://www.agencia.marinha.mil.br/defesa-naval/marinha-do-brasil-demonstra-capacidade-operativa-no-atlantico-sul>. Acesso em maio de 2025.

⁸ A iniciativa da Bacia Atlântica refere-se a um conjunto de esforços diplomáticos, estratégicos e cooperativos, liderados pelos Estados Unidos, voltados à promoção da segurança, da estabilidade e do desenvolvimento sustentável no espaço atlântico, envolvendo países das Américas, da África e da Europa. Disponível em: <https://www.telanon.info/destaques/2022/08/12/38197/eua-envolvem-stp-na-iniciativa-de-defesa-da-bacia-atlantica/>. Acesso em fevereiro de 2025.

⁹ O *Atlantic Centre* surge como uma plataforma de diálogo estratégico e produção de conhecimento, proposta por Portugal, dedicada a fomentar a cooperação multilateral no Atlântico, integrar agendas de segurança, economia azul e meio ambiente, e apoiar a formulação de políticas e estratégias comuns entre os Estados da bacia atlântica. Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/about>. Acesso em fevereiro de 2025.

protagonismo brasileiro nas dinâmicas do Atlântico Sul. Além disso, a ausência de uma estratégia geopolítica bem definida e institucionalmente difundida, somada à falta de continuidade nos esforços de aproximação com países africanos e sul-americanos ao longo das mudanças de governo – temas abordados por Rafael (2023) e Marcondes (2023) –, fragiliza as iniciativas lideradas pelo Brasil e limita a capacidade da efetivação dessa zona proposta nesta pesquisa.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o potencial estratégico de Trindade e Martim Vaz como instrumentos para a consolidação do poder marítimo, estratégico e econômico do Brasil. A análise evidenciou que as principais ilhas oceânicas sob soberania brasileira desempenham, predominantemente, uma função ambiental voltada à proteção dos ecossistemas locais, mas também apresentam potencial para assumir um papel geopolítico mais expressivo, ao atuarem como vetores de proteção territorial e de projeção nacional. Nesse sentido, o estudo reforça a centralidade dos espaços oceânicos e insulares na afirmação da presença brasileira no Atlântico Sul, ao articular dimensões de soberania, segurança e ampliação de influência no cenário global.

Nesse contexto, a classificação geopolítica das ilhas oceânicas proposta neste artigo permite evidenciar que Trindade, Martim Vaz e suas respectivas fronteiras marítimas emergem como pontos estratégicos fundamentais para sustentar as aspirações do Brasil no espaço oceânico que o circunda. A partir desse enquadramento analítico, torna-se possível confirmar a hipótese inicial de que esses territórios, em articulação com outros pontos de interesse da geopolítica brasileira – como os Distritos Navais, a África e a Antártida –, apresentam potencial para a conformação de um domínio abrangente dentro e além do recorte da Amazônia Azul.

As propostas das Zonas-Tampão e Zona-Trampolim, formuladas ao longo desta pesquisa, evidenciam a pertinência da abordagem adotada ao articular o contexto geopolítico brasileiro contemporâneo com fundamentos clássicos da geopolítica e do poder marítimo. Apesar de não se apresentarem como modelos normativos ou diretrizes operacionais imediatas, essas categorias analíticas assumem um caráter deliberadamente provocativo e propositivo, ao oferecer novos enquadramentos interpretativos sobre o papel das ilhas oceânicas e do Atlântico Sul na estratégia nacional. Nesse sentido, constituem contribuições conceituais destinadas a estimular reflexões futuras e a ampliar o debate sobre as possibilidades de atuação do Brasil no espaço sul-atlântico.

Por fim, buscou-se também contribuir para o fortalecimento dos estudos sobre geopolítica marítima no Brasil, ainda pouco explorados no âmbito da academia civil, particularmente na Geografia, apesar de sua relevância recorrente no meio militar. A incorporação de entrevistas com oficiais da Marinha e a análise de documentos e artigos produzidos pelas Forças Armadas favoreceram a aproximação entre esses campos de produção do conhecimento, ao mesmo tempo em que aprofundaram o diálogo teórico com autores clássicos, como Alfred Mahan, Therezinha de Castro e Golbery do Couto e Silva. A partir dessa interlocução, o estudo reforça a necessidade de reinterpretar os espaços oceânicos e insulares à luz das dinâmicas contemporâneas, reconhecendo o Atlântico Sul como um espaço estratégico central e cada vez mais relevante para o Brasil no século XXI.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, L. As três eras do Atlântico Sul. **Revista USP**, n. 123, p. 13-28, 2019.
- ALMEIDA, F. Ilhas oceânicas brasileiras e suas relações com a tectônica atlântica. **Terræ Didactica**, v. 2, n. 1, p. 3-18, 2006.
- AQUINO, G. A influência dos elementos baseados em terra na guerra naval: uma breve comparação entre Brasil e China. **Revista Marítima Brasileira**, v. 139, n. 2, p. 166-175, 2019.
- AZEVEDO, D.; RIBEIRO, R. Expedições, excursões e trabalhos de campo no entendimento geográfico. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 44, n. 1, p. 14, 2024.
- BALZACQ, T. The significance of triangulation to critical security studies. **Critical Studies on Security**, v. 2, n. 3, p. 377-381, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/21624887.2014.937249>.
- BARACUHY, B. **Os fundamentos da geopolítica clássica: Mahan, Mackinder, Spykman**. Brasília: FUNAG, 2021.
- BARBOSA, J. **A Elevação do Rio Grande (ERG) como continuação da plataforma continental estendida brasileira à luz do direito internacional**. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Instituições e Negócios, Universidade Federal Fluminense, Niterói 2022.
- BRASIL. **Ministério da Defesa**. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.
- BRASIL. **Ministério da Defesa**. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.
- BRASIL. **Ministério da Defesa**. Política Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2013.

BRASIL. **Ministério da Defesa**. Minuta do Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

BRASIL. **Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada**. Plano Estratégico da Marinha 2040. Brasília: Marinha do Brasil, 2020.

BRASIL. Senado Federal. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **7ª Reunião Extraordinária: apresentação do Comando da Marinha**. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/atividade/comissoes/comissao/54/reuniao/11136>. Acesso em: 20 jan. 2026.

CASTRO, T. **Geopolítica: princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

CASTRO, T. O Mar: Enfoque Geopolítico. **A Defesa Nacional**, v. 70, n. 708, 2021a.

CASTRO, T. Oceanopolítica. **A Defesa Nacional**, v. 70, n. 709, p. 107-126, 2021b.

CASTRO, T. **Retrato do Brasil: Atlas-texto de geopolítica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

CHIOZZO, V. Diplomacia naval: instrumento de política externa no mar. **Revista Marítima Brasileira**, v. 138, n. 2, p. 31-42, 2018.

CRUZ, D.; SOUSA, A. Teorias geopolíticas: Sea Power, Heartland e Rimland. In: SPOSITO, E.; CLAUDINO, G. (org.). **Teorias na geografia: mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2023.

ELDEN, S. **The birth of territory**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

FERREIRA, D. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Revista Campo-Território**, v. 9, n. 17, p. 111-135, 2014.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

INEEP. **Policy brief n. 7: o potencial da Amazônia Azul e suas implicações geopolíticas**. Disponível em: <https://ineep.org.br/arquivo/publicacoes/policy-briefs/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

KENNEDY, P. The influence and the limitations of sea power. **The International History Review**, v. 10, n. 1, p. 2-17, 1988.

LEÃO, B. *et al.* Relações Brasil-África: a importância estratégica do Golfo da Guiné. In: XII CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL, 2015, Pirassununga. **Anais [...]**. Pirassununga: Academia da Força Aérea, 2015.

MAHAN, A. **The influence of sea power upon history, 1660–1783**. Boston: Little, Brown and Company, 1891.

MARCONDES, D. O Brasil de volta à África? Desafios e oportunidades para o engajamento brasileiro com o continente africano. **CEBRI-Revista**, n. 6, p. 136-154, 2023.

- MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.
- MATTOS, C. M. Fronteiras do Brasil. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 7, n. 20, p. 115-129, 1991.
- NEVES, A. Atlântico Sul: projeção estratégica do Brasil para o século XXI. In: GHELLER, G.; GONZALES, S.; MELO, L. (org.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015.
- NOHADANI, S. A geopolítica do Irã de acordo com a teoria dos espaços tampão geográficos. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 9, n. 17, p. 189-211, 2020.
- NOVAES, A.; LAMEGO, M. Oceanopolítica: Therezinha de Castro and the use of maps in the geopolitics of the sea. **Journal of Historical Geography**, v. 87, p. 22-34, 2025.
- NYE, J. S. Public diplomacy and soft power. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, n. 1, p. 94-109, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002716207311699>.
- OLIVEIRA, L.; AZEVEDO, D. A geopolítica brasileira e os 40 anos de existência (1983-2023) das publicações da revista da Escola de Guerra. **Caderno de Geografia**, 2025.
- ONU. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Montego Bay, 10 dez. 1982. Disponível em: https://www.un.org/depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf. Acesso em: 18 out. 2024.
- PENHA, E. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- RAFAEL, V. **Desafios intransponíveis: uma análise dos obstáculos à integração do Mercosul (2016-2022)**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2023.
- REIS, M. **Atlântico Sul: a importância da integração nacional das ilhas oceânicas brasileiras para a defesa nacional**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Altos Estudos de Política e Estratégia) - Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2024.
- ROCHE, M. From dusty to digital: Archival Research. In: HAY, I.; COPE, M. **Qualitative Research Methods in Human Geography**. Ontario: Oxford University Press, 2021. p. 223-243.
- SALATINO, A. *et al.* A política externa brasileira na gestão de Ernesto Araújo: uma leitura a partir da geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Anais da FEPEX**, v. 1, n. 1, 2021.
- SCOTT, D. *Small Island Strategies in the Indo-Pacific by Large Powers*. Journal of Territorial and Maritime Studies, v. 8, n. 1, 2021.

SILVA, G. do C. e. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SOARES, M.; AZEVEDO, D. Geopolítica dos mares: um comparativo dos artigos científicos no Brasil e no mundo desde a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). **Espaço Aberto**, v. 15, n. 1, p. 19-46, 2025.

SOUZA, M.; VISENTINI, P. A importância geoestratégica do Nordeste brasileiro no pensamento de Therezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos. **Revista de Geopolítica**, v. 14, n. 3, p. 1-16, 2023.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. **O Brasil e a criação do Conselho de Defesa e Segurança Sul-Americano da UNASUL**: cooperação e balanceamento como estratégias de autoajuda. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

TILL, G. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. Abingdon: Routledge, 2018.

TURMANIDZE, T. **Buffer states: power policies, foreign policies and concepts**. New York: Nova Science Publishers, 2009.

WIGHT, M. **Power politics**. Londres: Leicester University Press, 1995.

WILLRICH, E. A geopolítica e o entorno estratégico brasileiro (2012 e 2016). *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2018.